

NUNES, Paulo G. Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo L. (orgs.) *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Sagga Editora, 2018, 355 páginas.

BARRICADAS, LUMES E SOMBRAS DE 1968

Lucas Porto Marchesini Torres.¹

Autodeclarando-se avesso ao uso dos jeans, símbolo dos mais expressivos da história da segunda metade do século XX, Eric Hobsbawm escreveu em *Tempos Interessantes*: “O ano de 1968 pode ter sido menos um ponto decisivo na história do século XX do que o ano de 1965, que não teve qualquer significação política, mas foi o ano em que pela primeira vez a indústria francesa de roupas produziu mais calças femininas do que saias, e no qual o número de seminaristas católicos romanos começou a declinar visivelmente”.² Julgando-se velho demais para participar dos movimentos de 1968 como um sujeito ativo – a recusa ao uso dos jeans é apenas uma metáfora disso –, Hobsbawm se permitiu analisá-los como observador e por isso pode indicar-nos expressivas filigranas dos processos históricos que culminaram em toda aquela ebulição, bem como os que se colocavam no seu porvir. Portanto, se compreendidas dentro de seus diversos contextos, as irrupções do ano de 1968 parecem pouco intempestivas e bastante processuais.

A advertência de Hobsbawm sobre a importância de os historiadores terem sempre em vista os processos que estudam em sua complexidade e extensão, apesar de quase tautológica, é sempre bem-vinda e ganha sentido nas páginas de *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*, livro que encarta quatorze textos assinados, às vezes conjuntamente, por dezoito pesquisadores de formação sobretudo na área da História. Com significativa diversificação regional, o livro recapitula a partir de histórias locais boa parte da efervescência política e social do pré e do pós-1968, um ano memorável, entre outras tantas coisas, por escancarar a repressão da ditadura civil militar que vigia no país desde 1964 – são os temas correlatos à ditadura que compõem o eixo do livro. Além de alguns recortes espaciais mais amplos, como a zona rural de Pernambuco, o sul do Mato Grosso ou a Amazônia Ocidental, sete capitais compõem seus principais cenários: Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Recife, Rio de Janeiro e Salvador – e nisso a coletânea impulsiona resultados de pesquisa que não se concentram sobre os eventos nacionais.

¹ Doutorando em História Social na Unicamp, bolsista Fapesp. Contato: lucaspmpt@hotmail.com.

² HOBBSAWM, Eric. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. Tradução de S. Duarte, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 290.



Seus capítulos abrigam uma variedade de temas que algumas vezes se cruzam e sobrepõem, mas que pode ser assim categorizados: protestos e organizações estudantis (sete capítulos), disputas partidárias da alta política (dois capítulos), aproximações entre civis e militares (dois capítulos), papel dos clérigos na oposição à ditadura (também dois capítulos), repressão aos povos indígenas (um capítulo). Este último tema, inclusive, abastece um dos capítulos mais reveladores da coletânea por demonstrar a perseguição contra um grupo social que não levantava bandeiras de enfrentamento contra o regime, mas que mesmo assim experimentou severas medidas de controle, dilapidação de suas terras, perdas de direitos e extermínio – o número de indígenas mortos durante a ditadura foi maior do que o número de civis que se opuseram ao regime. O capítulo revela que em nome de uma alegada unidade nacional, que as autoras esclarecem ser a maquiagem de interesses econômicos e políticos bastante específicos e nada representativos de qualquer interesse coletivo, o Estado brasileiro perseguiu a população indígena, abrindo uma janela importante para a compreensão das continuidades que hoje se verificam na nossa História e que reafirma o valor das descobertas anunciadas pelas Comissões da Verdade instaladas país a fora.

Há também outras boas indicações que dialogam com temas historiográficos mais específicos, como os textos de Américo Freire, que demonstra as diferentes tendências internas do grupo de dominicanos paulistas nos anos 1960, e de Suzana Arakaki, sobre a ditadura no Mato Grosso, além do artigo de César Queirós, responsável por demonstrar o potencial político do PTB amazonense. O partido, às vezes considerado pouco expressivo para além de praças como o Rio de Janeiro ou Rio Grande do Sul, demonstrava grande desenvoltura nesse outro estado. Esses resultados de pesquisas não apenas reforçam os argumentos que indicam outros alvos da escalada antidemocrática iniciada em 1964 para além da caricatura fantasmagórica de um comunismo que os defensores do golpe pranteavam, como iluminam os debates sobre os efeitos das articulações nacionais diante da peculiaridade de cada contexto regional.

Essa é, aliás, outra característica destacável e que marca positivamente toda a coletânea: a percepção sobre as relações constantes e diversificadas entre os eventos de abrangência nacional e suas repercussões no âmbito local. As contribuições de cada capítulo podem ser mais bem aquilatadas quando se tem em vista o conjunto da obra, a partir da observação comparativa de seus textos e dos debates em que cada um se insere. As possibilidades de reflexão sobre variações de escalas é, talvez, a mais destacada de suas contribuições: no que se refere, por exemplo, à irradiação da

influência do IPES e do IBAD no Mato Grosso, às mobilizações estudantis em João Pessoa depois do assassinato do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro ou às agitações provocadas pela publicação do AI-5 em Porto Alegre – ao passo que algumas dessas conexões históricas são até esperadas, outras são mais surpreendentes.

Como saltará facilmente aos olhos de todos leitores, a coletânea dedica bastante atenção – em alguns capítulos isso ocorre em caráter exclusivo – sobre os setores estudantis, em grande medida o universitário e pontualmente o secundarista. A maior parte dos capítulos se pauta nas memórias desses estudantes, muitas vezes seus líderes ou outros sujeitos com algum protagonismo, e por isso a maior parte dos capítulos da coletânea se estrutura sobre memórias que foram publicadas em livros, registradas oralmente ou coletadas na imprensa e em periódicos específicos da época. Essas fontes permanecem sendo um grande filão de pesquisa sobre os temas abraçados pela coletânea e que possui alguns limites já conhecidos.

Os segmentos estudantis – sobretudo os organizados nas universidades – abrigavam principalmente a classe média brasileira de então e representavam demandas que não se afinavam com as de outros tantos segmentos sociais. Essa preponderância temática que ocupa metade da coletânea – e nesse ponto ela é menos inovadora – é um claro sintoma do recorte social restrito que é abraçado por seus capítulos, o que se traduz não tanto como fragilidade, mas como eloquente indício de outros processos sociais que seguem demandando atenção da pesquisa histórica – especialmente aqueles que não trazem à superfície da História significados políticos imediatos, para retomar as palavras de Hobsbawm citadas alguns parágrafos atrás.

Como provocam Reinaldo Lohn e Silvia Arend na reconstrução bem composta que fizeram no seu capítulo sobre a Florianópolis dos anos 1960, aqueles que estavam presentes na festa de réveillon que inaugurou o ano de 1968 num dos principais clubes da cidade pouco se importavam com o progressivo fechamento do regime. Por extensão, é igualmente provocativo pensar que era ainda maior o contingente social – não apenas em Santa Catarina, mas em todo o Brasil –, que pouco se importava com os motes da cultura hippie, com os filmes de Glauber Rocha, com a música tropicalista ou com o acordo MEC-USAID, por exemplo. Tais valores e reivindicações, ainda que fossem muito representativos de importantes demandas da sociedade em termos culturais e políticos e estivessem vinculados a outros tantos eventos de repercussão mundial, passavam ao largo de muitos sujeitos sociais, como os



trabalhadores fabris ou as populações interioranas, interessados em escutar forrós ou modas sertanejas, assistir chanchadas ou suas versões mais picantes, e na simples manutenção de seus empregos sem enfrentar riscos de demissão.

No acervo da fábrica Boa Viagem, uma das maiores da Bahia e outrora grande empregadora da capital, consta que cinco trabalhadores fizeram acordo com os patrões ao deixarem o serviço em plena efervescência do maio de 1968 – alguns decerto demitidos.³ De acordo com cálculos precisos anotados pela administração da fábrica, um deles recebeu cinquenta cruzeiros novos quando a fábrica lhe devia NCr\$ 834,00; outro recebeu NCr\$ 80,00 em vez dos merecidos seiscentos; dois outros receberam pouco mais da metade do que lhe deviam (N\$ 732,00 e N\$ 1.209,00); ao passo que um quinto teve a ventura de sair dali com NCr\$ 2.800,00 dos NCr\$ 2.878,53 que lhe deviam seus antigos patrões. São números que indicam profundas diferenças no tanto que essas cinco pessoas conseguiram receber da fábrica em que se empregavam e muitos elementos podem influenciar tamanha distinção: desvios ou mesmo perseguições diversas que levassem operários a demissão por justa causa; suas articulações internas na fábrica, entre si ou com os superiores, que podiam facilitar o acesso a favores ou fortalecê-los para reivindicar direitos; a colocação de cada um deles dentro da fábrica, donde o tempo de serviço e o posto eram fundamentais para garantir pequenos ganhos; a discricionariedade com que eram tratados por superiores ou colegas de jornada, pautada em diferenças de cor, idade, qualificação, renda, opção sexual e gênero – quem recebeu a menor quantia que lhe era devida, apenas 6% do que merecia, foi justamente a única mulher dessa reduzida amostra.

Diferenças e disputas cotidianas que marcavam aquele universo de trabalho – tomado aqui como representação de outras realidades Brasil afora e não necessariamente fabris – estavam bastante influenciadas e até dilatadas pela vigência de um regime ditatorial perseguidor de direitos e sonegador das diferenças – argumento que encontra plena demonstração na coletânea em tela. Mas para além do que a fonte mencionada sugere como possibilidades de reflexão e estímulo à pesquisa, as informações contidas nessa sintomática amostra permitem uma conclusão unívoca: por um lado, os patrões nunca foram ofendidos em seus direitos, os trabalhadores sim, com frequência e bastante intensidade; por outro lado, esses sujeitos encontraram maneiras de seguir vivendo como podiam ou queriam. As famigeradas greves de Contagem

³ Me refiro ao acervo da Companhia Empório Industrial do Norte, usado fartamente no trabalho de PAMPONET, José L. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. Salvador, Mestrado em Ciências Sociais (UFBA), 1975.

(MG) e Osasco (SP), exemplos tão citados de mobilização operária e motivadores da repressão do Estado ditatorial, pipocaram quase simultaneamente aos acordos registrados na fábrica Boa Viagem em Salvador, uma cidade em que não se registra greves operárias nesse ano. Por isso, a confrontação entre essa fonte e o que o leitor encontrará em *Utopia e repressão: 1968 no Brasil* oferece um estimulante convite a pesquisas vindouras que se interessem em desvendar como outros sujeitos com histórias parecidas com as daqueles que assinaram tais acordos, vilipendiados nos seus direitos, se percebiam naquela conjuntura, como se mobilizaram para tocar a vida adiante, o que gostavam de ouvir ou de comer, como puderam educar seus filhos, seus níveis de envolvimento nas mobilizações coletivas, quais eram os candidatos que lhes inspiravam simpatia ou se simplesmente não reclamavam da falta de eleições.

A sanha persecutória que se tornou extrema no Brasil após 1968 afetou a vida de muita gente, mas com intensidade variada, produzindo sentimentos sobre esses efeitos ainda mais variados – e não são apenas os descendentes das pequenas elites beneficiadas pelo regime que acreditam, hoje, ter sido melhor viver naqueles tempos. Por isso o aprofundamento da pesquisa sobre as histórias daqueles que não são iluminados em primeira hora pelo lume das barricadas que se acenderam em todo o mundo naquele ano, é, mais que nunca, uma necessidade premente. Parte importante desses temas está contemplada na coletânea em tela e uma gama ainda maior de pistas sobre eles despontam de sua leitura.



REFERÊNCIAS:

HOBBSAWM, Eric. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. Tradução de S. Duarte, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PAMPONET, José L. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. Salvador, Mestrado em Ciências Sociais (UFBA), 1975.

Recebido em 05/09/2019

Aprovado em 05/12/2019